UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA MECANISMOS À FAVOR DA PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA MULHER.

Gustavo Nazi Coelho

Resumo

Trata-se de uma reflexão sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, com a exposição dos mecanismos usados pelo Poder Público no uso da Lei Maria da Penha, origem nos tratados internacionais e constitucionais com fundamento sobre o Princípio da Dignidade Humana. Observando-se que o processo de violência não se restringe somente a violência física, deixando marcas também de forma psicológica, sexual, moral e patrimonial. Sendo apontando os instrumentos de emergência usados para proteger as vítimas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e as formas de assistências que tem direito.

Palavras-Chaves: violência, doméstica, mulher, maria da penha.

Introdução

Ouvimos que a mulher é o sexo frágil, e diante dessa característica, de modo geral, o *ser social* ainda impõe sobre as mulheres uma condição social inferior em relação ao homem, como uma espécie de controle social. Com o objetivo de proteger as relações familiares, o Estado através de movimentos jurídicos constituiu mecanismos de defesa e proteção àquelas que sofrem, por diversos motivos, violências físicas, sexuais ou psicológicas, utilizando assim, instrumentos legais que coíbem os excessos e pune os infratores, além de constituir políticas públicas à favor do fim da discriminação entre os gêneros.

A Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 5º a inviolabilidade do direito à vida e à segurança, e ainda no seu artigo 226, considera a família a base da sociedade sendo garantida pelo Estado, sua proteção especial, criando meios para coibir a violência no âmbito de suas relações. A partir dessas premissas abordaremos os aspectos sobre violência doméstica sob o prisma da Lei da Maria da Penha, traçando um esboço sobre os mecanismos que o Estado Brasileiro usa para proteger as relações afetivas no âmbito familiar.

A violência doméstica é toda agressão que usa de força física, sexual ou psicológica, consistindo-se por diversos meios, como agressão verbal, ameaças, desrespeito público, atos covardes cometidos por um membro da família contra outro da relação familiar. E entende-se que a relação familiar inclui um ex-companheiro, ex-marido, ex-namorado ou qualquer outro tipo de relação análoga que não esteja mais no meio ambiente familiar, como um ex-cunhado (a), um enteado (a), etc. Diante dessa definição a violência doméstica contra a mulher deixa de ser tratada como generalidade e passa a compor um dos quadros mais alarmantes na sociedade moderna, pois não ocupa espaço marginalizado, a violência doméstica está em todas as classes sociais, envolve qualquer pessoa independentemente de sexo, escolaridade, cultura ou posição social.

A favor das mulheres, em 2006 foi promulgada a Lei n.º 11.340 que define ações para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e em 2009 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres na Presidência da República, e através da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra Mulheres que entre outras competências formula políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que visem à prevenção e ao combate à violência, bem como à assistência e à garantia de direitos àquelas em situação de violência (Decreto n.º 7.043/2009).

Dados do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para Mulheres levantou que em 2006, dos 100% de ligações atendidas, ainda quando o programa era experimental, 47% foram de denúncias, e a violência física foi a campeã de queixas subindo de 600 ocorrências para 1.600 em um mês cujos crimes freqüentes são os de lesões corporais leves e lesões corporais graves. O mesmo levantamento apurou que as mulheres das regiões sudeste (44,20%) e nordeste (16,33%) foram as que mais denunciaram seus agressores.

De acordo com dados retirados do site da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, já foram registrados 271.719 atendimentos, de janeiro a maio de 2010, considerando um aumento de 95,5% em relação aos primeiros cinco meses de 2009 (138.985). Houve nesse período 51.354 relatos de violência. Desse total, 29.515 foram casos de violência física; 13.464 de violência psicológica; 6.438 de violência moral; 887 de violência patrimonial; 1060 de violência sexual, 42 situações de tráfico e 207 casos de cárcere privado.

Esses números revelam que a sociedade e o Estado tem muito a fazer no combate a violência doméstica contra o gênero feminino e o começo é a conscientização do papel fundamental da família no desenvolvimento de atitudes que coibam os traços de

violência entre seus membros, assim como o Estado de fortificar os mecanismos de proteção e coesão sobre os atos de violência.

Desenvolvimento

Segundo a Declaração das Nações Unidas (1994), o conceito de violência doméstica contra mulheres é *“todo acto de violencia por razón de género que produce, o que puede generar, daño físico, sexual o psicológico o sufrimiento a las mujeres, incluidas las amenazas de tales actos, la coerción o las privaciones arbitrarias de la libertad, independientemente de si ocurren en instancias de la vida pública o privada”*.

Nesse sentido, baseando-se a Declaração Universal de Direitos Humanos que versa sobre liberdade e igualdades de dignidade e de direitos, independente de gênero, homens e mulheres nascem livres e com os mesmos direitos.

Artigo I.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II.

*1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, **sem distinção de qualquer espécie**, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.*
(...)

Artigo III.

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo VII.

*Todos são iguais perante a lei e têm direito, **sem qualquer distinção**, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.*(grifos nosso)

Em nível internacional, ainda temos que a Declaração Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher (1994) afirma que esta violência constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e limita, total ou parcialmente, à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades; determina no seu artigo 3º que toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto no âmbito público como no privado.

E a partir dessas convenções internacionais, o Brasil, como signatário da Declaração dos Direitos Humanos, comunga dos ideais de fraternidade e consciência no combate à violência doméstica a partir do que determina o artigo 5º, inciso I e 226, inciso

VIII da Constituição Federal, que trata do Princípio da Isonomia e da proteção devida pelo Estado para coibir a violência no âmbito das relações afetivas familiares. Comum nesse sentido avistarmos o surgimento no cenário nacional da Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do artigo 226.

Na prática, vemos um cenário alarmante, inclusive no âmbito da saúde, visto que para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência doméstica está, pouco a pouco, tornando-se uma das mais sérias ameaças à saúde das mulheres no mundo. Não só pelo fato de termos registros de violências físicas, sexuais e psicológicas, como a partir desses fatos, as vítimas desses abusos contraírem inúmeras doenças, como a depressão ou Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

Contra esses atos de violência a Lei Maria da Penha reforça o Princípio Constitucional da Dignidade Humana e proporciona uma mudança de paradigma sob o aspecto da dominação patriarcal, que persiste nos dias de hoje como justificativa da existência da violência doméstica contra as mulheres. A mudança é tamanha que pesquisas apontam que do ano de 2008 para 2009 houve um expressivo aumento do conhecimento da Lei Maria da Penha. Cerca de 78% do universo dos entrevistados pela Pesquisa Ibope sobre as Percepções e Reações da Sociedade Contra a Mulher conhecem, ainda que de ouvir falar, a referida Lei.

A lei determina as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, e essa se compõe, entre outras, através da **violência física**, que ofende a integridade ou a saúde corporal; da **violência psicológica**, conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima; da **violência sexual** entendida como qualquer conduta que constranja, limite ou anule o exercício dos direitos sexuais ou reprodutivos da mulher; da **violência patrimonial**, onde se configura a retenção, subtração, destruição parcial ou total dos bens e direitos e por fim, da **violência moral** onde se constitui os crimes de calúnia, difamação e injúria.

E para coibir essas atitudes, a política pública responsável pela defesa das mulheres determina, através de ações integrativas de prevenção, como por exemplo, a implementação de atendimento policial especializado, a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com respeito ao gênero, raça ou etnia (artigo 8º e 9º, da lei n.º 11.340/2006).

Infelizmente os atos de violência contra a mulher são muitos, e dessa forma, a lei também instituiu medidas assistenciais àquelas que apresentam-se em situação de violência doméstica, sendo prestadas de forma articulada e de acordo com as diretrizes previstas nas leis da Assistência Social, do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Segurança Pública; garantido assistência do governo federal, estadual e municipal, também garantido a preservação da integridade física e psicológica, incluído serviços de contracepção de emergência, profilaxia das DSTs e AIDS, assim como outros procedimentos médicos no caso de violência sexual.

A defesa da integridade da mulher não depende somente da aplicação de medidas de assistência, há também medidas protetivas de urgência que se aplicam ao agressor. Dessa forma, constatada a violência doméstica, o juiz responsável aplicará, em conjunto ou separadamente, de imediato ao agressor a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência e a proibição de determinadas condutas (aproximação e contato da ofendida, incluindo de seus familiares e das testemunhas), restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores e prestação de alimentos.

No processo de violência doméstica contra a mulher são aplicadas juntamente com a Lei Maria da Penha as normas do Código de Processo Penal e Processo Civil, além das legislações específicas referentes à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta lei.

Conclusão

Como vemos a sociedade brasileira ainda tem muito a progredir para erradicar a violência doméstica contra a mulher. Empenhos nacionais e internacionais estão à frente de muitas bandeiras; ONGs e o Governo são parceiros no desenvolvimento de ações e políticas públicas voltadas às atividades educativas, que de modo geral, facilita o entendimento ético da família e da sociedade como um todo sobre os princípios da dignidade humana e o respeito à vida, permitindo que as relações familiares sejam saudáveis.

A lei Maria da Penha surgida como apelo social é na verdade um grande avanço na tentativa de manter a ordem social e assegurar o bem estar geral, enquanto a sociedade, e em especial os homens, amadurecem no sentido de não mais distinguirem os gêneros como um frágil e outro forte pelo simples fator de força física.

Hoje as mulheres ocupam espaços antes tidos como de homens, muitas são esteio de família, e isso não compromete o fator psicológico de *masculinidade* do homem, pelo contrário, assumir a posição de *chefe de família* e ajudar no sustento do lar configura um exemplo de coragem e perseverança tanto de homens como de mulheres, e essa união de forças é o começo da tentativa de formar uma sociedade mais igualitária e democrática.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Publicada no D.O.U. em 08 de agosto de 2006.

FERREIRA, Paula Márcia Garcia. **Violência Doméstica contra Mulher – Aspectos Sociais e Jurídicos**. Disponível em: [HTTP://www.direitopositivo.com.br/artigos](http://www.direitopositivo.com.br/artigos). Acesso em 10 de setembro de 2010.

IBOPE/Instituto AVON. **Percepções e Reações da Sociedade Sobre a Violência Contra a Mulher**. 2009. Disponível em: Secretaria de Políticas para Mulheres. <http://www.sepm.gov.br/>. Acesso em 16 de setembro de 2010.

IBOPE/THEMIS, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Dois Anos da Lei Maria da Penha: O que pensa a Sociedade?. 2008. Disponível em Secretaria de Políticas para Mulheres. <http://www.sepm.gov.br/>. Acesso em 16 de setembro de 2010.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

OLIVEIRA, S, Aded N, Montaldi E. **Violência Doméstica: Uma reflexão**. Disponível em: <http://www.policiacivil.rj.gov.br/acadepol/ceap/artigos/artigo02.htm> Acesso em 16 de setembro de 2010.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Estudio sobre salud de lãs Mujeres y Violencia Doméstica**. 1999. Disponível em: <http://www.who.int/es/> Acesso em 14 de setembro de 2010.

SILVA, Luciane Lemos. **Violência Doméstica: violência psicológica como condição da violência física doméstica.** Disponível em: Interface – comunic., Saúde, educação, v.11, n. 21, p. 93 – 103, jan/abr 2007. <http://www.interface.org.br/> Acesso em 14 de setembro de 2010.

SOUZA, Mandel. **Análise da Lei Maria da Penha.** Disponível em: <http://www.jus2.uol.com.br/doutrina> Acesso em 10 de setembro de 2010.